

# ANALISANDO O APOSTO E O PREDICADO NOMINAL

Aparecida Feola SELLA\*  
Elódia Constantino ROMAN\*\*

---

**Resumo:** Apresenta-se o relato de pesquisa desenvolvida há três anos sobre o papel dos casos semânticos conjugados a determinada classe aspectual em textos escritos. Percebeu-se que o *Aposto* e o *Predicado Nominal* asseguram asserções utilizadas pelo produtor do texto, o qual procura estabelecer informações suscetíveis ao esperado pelo contorno interacional. Essa hipótese orientou a reavaliação de estruturas sintáticas reconhecidas pela gramática tradicional, ou como acessórias ou simplesmente como núcleo sintático, sem nenhum valor semântico ou pragmático. Descrevem-se as funções do *Aposto* e do *Predicado Nominal*, considerando-se as condições a serem satisfeitas para que determinado ato ilocucionário efetive-se na ambiência do texto escrito. Relata-se uma fase da pesquisa sobre a funcionalidade da adjetivação nos textos escritos, na tentativa de se reverem encaminhamentos presentes nas gramáticas tradicionais, que tendem a conceber o fenômeno da adjetivação no âmbito do sintático, como de segundo plano, numa visão hierárquica de análise dos termos da frase. O *Aposto* demarca informações selecionadas pelo produtor do texto por questões várias, que podem estar instadas no didático, no pejorativo, no bajulativo, etc. Entende-se o *Predicado Nominal* como um ato de asseveração, que carrega a conjugação caso semântico e classe aspectual. Isso altera a noção de que o verbo *ser* é somente um verbo de ligação, postulada pela gramática tradicional.

**Abstract:** The objective of this work is to present the report of the research developed three years ago on the role of the semantic cases related to a certain aspectual class in written texts. It was noticed that the Appositive and the Nominal Predicate ensure assertions used by the text producer who intends to set liable information to what is expected by the interactional outline. This hypothesis has guided the reevaluation of the syntactic structures recognized by the traditional grammar either as accessories or simply as a syntactic nucleus with no semantic or pragmatic value. The functions of the Appositive and Nominal Predicate are described, so that a determined illocutionary act is accomplished in the written text environment. A stage of the research that deals on the functionality of the transformation of nouns into adjectives in written texts is related. That is an attempt to review traditional grammars that tend to conceive this

---

\* Universidade Estadual do Oeste do Paraná

\*\* Universidade Estadual de Ponta Grossa

phenomenon in the syntactic field as something not so important; a hierarchic view of the terms when the sentence is being analyzed. The Appositive indicates information selected by the text producer according to several motives for several reason which may be set in the didactic, pejorative, flattering sense, etc. The Noun Predicate can be understood as an severation agreement act which links semantic case and aspectual class. This alters the notion that the verb *to be* is simply a linking verb, postulated by the traditional grammar.

**Palavras-chave:** aposto; predicado nominal; caso semântico; classe aspectual

**Key words:** appositive; nominal predicate; semantic case; aspectual class.

---

## 0.Contextualizando a pesquisa.

Desenvolvemos pesquisa sobre o papel dos casos semânticos conjugados a determinada classe aspectual em textos escritos e percebemos que o *Aposto* e o *Predicado Nominal* asseguram asserções utilizadas pelo produtor do texto. Guiado por um apelo exterior ao texto, ditado por uma interpretação pressuposicional que emerge da ‘situação de interação’, o produtor procura estabelecer informações suscetíveis ao esperado pelo contorno interacional. Essa hipótese, amplamente reconhecida em pesquisas de lingüistas, orientou a reavaliação de estruturas sintáticas reconhecidas pela gramática tradicional ou como acessórias, o caso do *Aposto* e do verbo de ligação, ou como meramente núcleos sintáticos, o caso do predicativo do sujeito. Não se considera que esses elementos tenham sentido semântico e efeito pragmático.

Enfocamos, aqui, uma descrição do *Aposto* e do *Predicado Nominal*, pautada nas condições a serem satisfeitas para que determinado ato ilocucionário seja efetivamente realizado na ambiência do texto escrito. Koch (1984) reporta-se às condições pressuposicionais, as quais, se não satisfeitas, tornam-se o fator de desmantelamento do enunciado, que, simplesmente, não se torna apto a ser usado de forma apropriada. As noções de caso semântico *Opinativo* e *Expositivo* com a de classe aspectual *Estado*, de um lado, e, de outro, a noção de ato ilocucionário, com enfoque no pressuposto e no subentendido, subsidiam a nossa análise.

Interessa-nos o reconhecimento da funcionalidade discursiva desses elementos sintaticamente descritos como marginais pela gramática tradicional, em que impera uma conceituação sintática voltada para a noção de hierarquia imposta nos termos essencial, integrante e acessório. Menciona-se o nível semântico nos manuais tradicionais como uma espécie de detalhe, inscrito em forma de **notas** ou **observação**, expediente que exime os gramáticos de se prolongarem diante de conceitos que precisam ser descritos sintática e semanticamente. As noções teóricas aqui referidas renderam esclarecimentos sobre o funcionamento dos termos em pauta.

## 1. Conjugação Caso Semântico e Classe Aspectual

Uma adaptação da lista de Fillmore (1968) e de Vilela (1986) propiciou uma reavaliação do relacionamento de certos verbos com seus complementos no arranjo da frase. Por exemplo, verbos como “deixar” e “poder”, que exprimem o modo como o interlocutor entende o processo, apresentam uma condição que atribui ao caso que se realiza como sujeito um traço de neutralidade diante da ação verbal. Na frase “*Ele poderia, ao cumprir sua pena, continuar com o serviço*”, o sujeito representa um ser que não controla e não vivencia propriamente a ação desencadeada pelo verbo: é a origem da ação, mas no sentido de ser o “tema” da apreciação. Esse caso realiza-se geralmente com o verbo *ser*, com modais e com o futuro do pretérito. Estes últimos impõem condições ao verbo, que anulam o traço [+controlador], justamente por indicarem uma espécie de hipótese ou opinião, o que descarta uma ação concluída de fato (e, portanto, descarta a ocorrência de um *Agentivo*, por exemplo).

Da adaptação dos casos semânticos fillmorianos (cf. Sella, 2000), dois são significativos para o presente trabalho: a) o Expositivo, que referencia seres animados ou inanimados, expostos a uma apreciação (na condição de referente) e sem o traço [+controlador]. É comum esse caso fazer-se representar sintaticamente como sujeito, como nos exemplos *Ela é linda*, *Há uvas*, *As passagens já foram encontradas*, *O acidente ocorreu ontem*, *Este monumento data de 1860* e *A sessão durou três horas*. Outro caso é o Opinitivo: indica uma espécie de interpretação, apreciação, conclusão ou sugestão, o que ocorre nas frases *A verdade é que poucos encontraram a resposta*, *O atleta é mais esperto do que eu pensava*, *O clube está mais bem colocado no campeonato estadual*, *A solução foi pouco satisfatória* e *Parece que as cotas foram vendidas indevidamente*. Quanto à classe aspectual *Estado*, reportamo-nos a Vendler (1967) que propôs categorias verbais com o objetivo de chegar a uma classificação lexical verbal sistematizada. Tentou etiquetar os verbos enquanto lexema. Não se preocupou com os tempos verbais e isso trouxe alguns problemas, pois o verbo tem comportamento teórico diferente de outras categorias. O verbo foi trabalhado como um “nome”, uma categoria atemporal. Entendemos que, se trabalharmos com as formas lexicais verbais isoladas, apresentando-as num único tempo, ou listando-as no infinitivo, torna-se uma espécie de círculo vicioso. Roman (1998), tomando como aporte teórico Dowty (1979, 1986), Dahl (1981), entre outros, propõe as classes aspectuais *Atividade*, *Estado*, *Culminância* e *Instantaneidade*. Essas classes aspectuais só podem referir-se à situação, e uma situação é necessariamente localizada no tempo.

Partindo disso, desenvolvemos uma pesquisa (Roman & Sella 2001), na qual discutimos a conjugação entre essas classes aspectuais e os casos semânticos. Em um primeiro momento, isolamos a classe aspectual *Instantaneidade* e o caso semântico *Instrumental*. Para

verificarmos a conjugação proposta, pautamo-nos na noção de polissemia de alguns verbos.

Em Roman & Sella (2002), passamos a analisar a classe aspectual *Estado*. Características como: envolver um longo período de tempo, não conter dinamicidade, não constituir mudança e não-qualificação como ação fez despertar nosso interesse pelas formas nominais, já que, em determinados contextos, seriam desprovidas de tempo. Inferimos, portanto, que a classe aspectual *Estado* não estaria na ambiência do verbo, mas do adjetivo. Traçamos, portanto, uma correlação entre os predicados nominal e verbo-nominal, com enfoque nos predicativos, ou do sujeito ou do objeto, e no conceito de oração subordinada adjetiva explicativa, por um lado, e por outro, na restritiva e no *Aposto* como correlatos do adjunto adnominal.

## 2. O perfil do enunciado

A noção de ato ilocucionário pode subsidiar a nossa sondagem. Reportamo-nos à diferença que Ducrot (1984) acena para frase enunciada: a primeira é considerada uma entidade abstrata; um objeto teórico, cuja significação deve ser levada em consideração pelo pesquisador quando da análise do sentido do enunciado; a segunda é o valor semântico da frase, cuja constituição é permeada de instruções, de senhas, que possibilitam chegar ao sentido (valor semântico) do enunciado. O enunciado é a manifestação da frase e, por isso, é o resultado dos componentes frasais, do contexto discursivo, que envolve uma data, um locutor e um ou mais alocutários.

O ato de enunciação, constituído pela produção de um enunciado, gera efeitos ao enunciado e o interlocutor interpreta o que lhe é transmitido, associando os indícios da frase ao contexto de ocorrência. A distinção entre frase e enunciado reflete várias implicações de ordem conceitual e terminológica. Interessa-nos, aqui, o fato de a frase conter certas instruções com a função de orientar o leitor para determinadas conclusões e o sentido dos enunciados poder contemplar um jogo de argumentação que se circunscreve na seleção de determinados elementos sintaticamente descritos.

Ducrot (1984) também propõe uma outra estratégia de apropriação da fala do outro, em cujo arcabouço entram em cena seres não explicitamente identificados: os enunciadores. O ser enunciador distingue-se do locutor por não lhe serem atribuídas palavras precisas. Se o enunciador “fala”, é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras. A voz do enunciador pode ser incorporada sob forma de asserções atribuídas aos interlocutores, a terceiros, à opinião pública, ou a uma outra face do locutor.

Esse é um fato do discurso que permite “ao locutor a possibilidade de tirar conseqüências de uma asserção cuja responsabilidade não assume diretamente, atribuindo-a a um enunciador estranho” (KOCH, 1984:145).

A polifonia reflete, pois, uma das estratégias da linguagem amplamente utilizadas no confronto discursivo. É possível, então, num mesmo enunciado, uma representação de pontos de vista, quer de maneira explícita ou implícita. A questão da polifonia tem, neste trabalho, grande importância, já que se trata de uma estratégia presente em determinadas construções de adjetivação (aposto, adjunto adnominal, predicativo do sujeito e do objeto, e adjetiva explicativa e restritiva). Partimos da hipótese de que a base de asseveração, se cotejadas tais estruturas, está inscrita em predicados nominais com o verbo *ser*. Propomo-nos a explicar que o *Predicado Nominal* (doravante PN) assevera na instância da enunciação e o *Aposto* realça asseverações demarcadas como pressupostas.

Na construção dos atos ilocucionários, a polifonia é elemento que pode ajudar no processo de desvendamento do texto, já que se insere como dado, como pista do lugar na cena enunciativa requerida pelo produtor do texto. Porém, a extensão da construção e do efeito provocado pelo ato ilocucionário na ambiência do texto escrito pode estar instada em várias partes, ou mesmo diluída, ou então desmascarada se instada, num primeiro momento, implicitamente.

A noção de pressuposição e de subentendido também é importante, até porque há um relacionamento entre esses fenômenos, que precisa ser avaliado. Ducrot (1984) entende que a primeira noção recobre casos inseridos no discurso como inquestionáveis, e que o subentendido refere-se ao modo como o discurso é elaborado. No texto escrito, diferentemente do diálogo face-a-face, o tempo para planejamento pode permitir arranjos diferentes para tais noções. Portanto, no percurso instaurado podem ocorrer amarras argumentativamente estabelecidas, de forma que o subentendido deixe de sê-lo por comodidade do produtor; o mesmo se dá com os pressupostos. Os termos ato de fala, pressuposição, subentendido, frase, enunciado, enunciação, caso semântico e classe aspectual são noções teóricas que podem desvendar o uso discursivo dos termos tidos como acessórios pela gramática tradicional em textos escritos.

### 3. Conceitos correlacionados

No texto escrito, os elementos lingüísticos têm seu valor sintático atrelado a outros dois: o semântico e o pragmático. Um cotejo do uso discursivo dos predicados nominal e verbo-nominal (com enfoque nos predicativos, ou do sujeito ou do objeto), a avaliação da noção de oração subordinada adjetiva explicativa, por um lado, e, por outro, da restritiva,

do *Aposto* e do adjunto adnominal na ambiência sintática, própria do contexto do que chamamos adjetivação, podem ser vistos nos quadros abaixo:

1.1 Predicativo do Sujeito	1.2 Predicativo do Objeto	1.3 Oração Subordinada. Explicativa
O candidato é <i>honesto</i>	O povo considerou <i>honesto</i> o candidato.	O povo considerou o candidato, que é <i>honesto</i> (com verbo de ligação)
2.1 Adjunto Adnominal	2.2 Aposto	2.3 Oração Subordinada. Restritiva
O povo considerou o <i>honesto</i> candidato	O candidato, <i>honesto</i> , foi considerado pelo povo.	O povo considerou o candidato que é <i>honesto</i> (com verbo de ligação).

Os exemplos dados em (1) sugerem, no adjetivo *honesto*, a seguinte interpretação: em (1.1) e (1.2) representa-se o caso semântico *Opinativo*. Em (1.3) *honesto* insere-se numa adjetiva explicativa que se integra no caso semântico *Objetivo*. A diferença entre os três exemplos é que em (1.1) o *Predicado Nominal* representa uma declaração na ambiência do discurso e *honesto* insere-se de maneira pontual. Em (1.2) *honesto* insere-se na avaliação que emerge do caso semântico *Agentivo* (O povo), e não do próprio produtor do texto, diferentemente do que acontece em (1.1). Em (1.3) *honesto* integra uma estrutura indexada sintática e discursivamente ao núcleo substantivo que compõe o caso *Objetivo* (o candidato): trata-se, então, de um traço semântico sutil e localmente demarcado, mas que não deixa de ser uma asseveração do produtor do texto.

Nas frases (2), percebe-se não um caso em *honesto*, mas um traço semântico inserido sintaticamente como determinante do núcleo substantivo. Trata-se do *Opinativo*, uma qualidade posta como aceita, já inclusa, antes do evento discursivo. Conclui-se que, quanto mais próximo do núcleo substantivo, mais se evidencia a classe aspectual *Estado*. Nos exemplos de (1) a voz do produtor do texto evidencia-se e a noção de *Estado* torna-se um tanto instável, como se fosse um **sentenciando**, diferentemente do que ocorre em (2), em que se percebe algo (*honesto*) já **sentenciado**. Pautamo-nos na informação básica da frase. Porém, nada impede que os exemplos de (2) denunciem, se avaliado o contexto, uma

posição do produtor. Por exemplo, em (2.1), o termo *honesto* poderia resultar de sarcasmo.

Observamos que em predicados nominais ocorre uma espécie de declaração, de um juízo de valor, como o visto em “O candidato é *honesto*”. No momento em que se enuncia, em forma de predicativo, no *Predicado Nominal*, estabelece-se uma declaração. Quando essa declaração é absorvida como adjunto adnominal numa frase como “O candidato *honesto* chegou”, apresenta-se um movimento polifônico que reafirma a declaração. Em predicados verbo-nominais como em “O povo considerou *honesto* o candidato”, a questão de ser *honesto* vem declarada na ambiência interna da frase, demarcada no interior do “agir” provocado pelo caso semântico em questão.

Se verificarmos a composição caso semântico/classe aspectual, poderemos dizer que:

1.1. *honesto* é um caso semântico *Opinativo* e representa a classe aspectual *Estado* (doravante *Estado*)(sentenciando/produtor);

1.2. *honesto* é um caso semântico *Opinativo* e representa *Estado* (sentenciando/no caso semântico);

1.3. que é *honesto* - traço semântico *opinativo* do caso *Objetivo - Estado* (sentenciando/produtor)

2.1 *honesto* - traço semântico *opinativo* do caso *Objetivo - Estado* (sentenciado);

2.2 *honesto* - traço semântico *opinativo* do caso *Objetivo - Estado* (sentenciado);

2.3 que é *honesto* - traço semântico *opinativo* do caso *Objetivo - Estado* (sentenciado).

#### 4. Descrevendo o *Aposto*

O *Aposto* resulta de um processo que aponta para o contexto de produção. A explicação dada pela gramática tradicional não reconhece a tonalidade adjetiva desse elemento lingüístico. Os manuais tradicionais, que circulam e ainda são usados com freqüência por professores do ensino médio e também universitário, concebem-no como um substantivo, o que se evidencia somente na classificação da oração subordinada substantiva apositiva. Ou seja, a não-explicação do valor semântico do *Aposto*, em seu lugar devido, acaba denunciando mais um equívoco perpetuado por manuais que se pretendem normativos, mas que também pendem para o descritivo. A presença do *Aposto* no texto jornalístico é guiada por um apelo exterior ao texto, ditado por uma interpretação pressuposicional que emerge da “situação de interação”. O *Aposto* pode surgir de um movimento interpretativo do produtor do texto, decorrente de um anseio ou cuidado com o dado informacional, ou então da percepção do produtor diante de um suposto interlocutor menos avisado.

#### 4.1 *Aposto* segundo a Gramática Tradicional

Concordamos com que a mistura de critérios nos manuais tradicionais pode facilmente ser comprovada e que a definição de *Aposto* seja fragilizada. Entendê-lo como o termo da oração que se associa a outro para especificá-lo ou explicá-lo já revela o seu papel de determinante do substantivo. O emprego do *Aposto* é tido como **acessório** na oração e a justificativa é a de que o enunciado sobrevive sem a informação veiculada através dele. Trata-se de uma definição simplista ditada por uma convenção pautada na visão hierárquica dos termos sintáticos.

Há semelhança entre *Aposto* e adjetiva explicativa. Uma frase como “O Brasil, que é o maior país da América Latina, enfrenta problemas com o transporte rodoviário”, segundo a gramática tradicional, teria uma oração explicativa, que poderia ser omitida, o que não acarretaria prejuízo ao sentido da frase. Volta-se para o entendimento “de oração sintaticamente soberana” (a principal) na qual estaria inserida a explicativa.

Numa paráfrase da frase acima, com *Aposto*, teríamos uma informação percebida, obviamente, durante o evento discursivo, ocasionado por observações como “percebi que há pessoas neste ambiente que desconhecem essa característica do Brasil”. Essa situação é rotineira em textos informativos. Provavelmente o conceito de pressuposição possa encaminhar melhor a utilidade do *Aposto*. Koch (1984) comenta que algumas pressuposições são condições de emprego do contexto ou então são partes integrantes do sentido. A explicativa é uma espécie similar de *Aposto*, e, portanto, uma frase como “O Brasil, o maior país da América Latina, enfrenta problemas com o transporte rodoviário” também aceita a explicação acima. Com o exemplo de Sacconi (1989:273), *Único metal líquido, o mercúrio possui inúmeras utilidades*, pode-se perceber que o *Aposto* advém de uma necessidade com fins didáticos, o que se revela num processo interlocutivo.

Diante desses questionamentos, podemos entender que nas frases relativas explicativas pode ocorrer um traço semântico *Opinativo* reforçado pela expressão “que é”. Se concluirmos que o *Aposto* pode indicar um dado informacional, ou opinião, ou ambos, sem um verbo, resta entender que, em se tratando de adjetiva explicativa, o uso de verbos denota mais flexibilidade no dado pressuposicional. É o que ocorre nas frases a seguir, em que os verbos, excluindo-se o verbo *ser*, pedem um *Agentivo* que emerge num dado pressuposicional posto como evidente e selecionado dentre outros tantos.

- a) “O mundo poderia cair no conto dos neonazistas, que **insistem** em dizer que tudo não passou de invenção”;

- b) “Bill Clinton, que **reagiu** a um atentado terrorista à Embaixada Americana [...], está agindo corretamente”;
- c) “Os paparazzi, que **corriam** atrás do Mercedes em que Diana e o namorado viajavam, foram a princípio acusados pelo acidente”;
- d) “Filho do ex-presidente George Bush, que **venceu** a guerra do Golfo contra o Iraque, tem um passado político sem glória”;
- e) “Seu bom governo chamou a atenção do partido republicano, que o **considerou** uma possibilidade para desafiar os democratas na Casa Branca”.

Tanto em neonazistas, em Bill Clinton, paparazzi, George Bush e partido republicano, estabelece-se um elo entre as adjetivas, no sentido de selecionar-se o dado “potencialmente conhecido” e tido como compartilhado: a pressuposição discursiva selecionada atualiza o dado para o conhecimento do leitor por diversos motivos.

Se, contudo, ocorrer *Aposto* com verbos de ligação subentendidos e substantivos não derivados de verbo, podemos dizer que estamos diante do traço semântico *Opinativo* conjugado à classe aspectual *Estado*. Essa conjugação ocorre nas frases abaixo, em que há apositivas (que subentendem relativas com verbo de ligação). Se considerarmos que o *Aposto* é desprovido de verbo, o que se tem é um período de tempo sem um ponto terminal: não há dinamicidade, não há mudança e nem ação.

- f) “Na opinião do lingüista norte-americano Noam Chomsky, **um intelectual muito crítico da política e da mídia nos Estados Unidos**, o país terá de optar entre a força e a lei”;
- g) “Para a jornalista canadense Naomi Klein, **uma das maiores mentoras dos movimentos antiglobalização oriundos de países desenvolvidos**, o momento é delicado para todos”;
- h) “De um lado, está o Oriente Médio, **região contaminada pelo interminável conflito entre israelenses e palestinos**”;
- i) “**Aliados dos Estados Unidos no objetivo de expulsar os russos**, o Taliban e o milionário saudita Osama Bin Laden uniram-se para combater os valores ocidentais”.

O dado informacional impregnado de suposições faz surgir, portanto, frases em que o *Aposto* remete ao dado pressuposicional que o produtor julga deva ser compartilhado pelos interlocutores. E a frase “O Brasil, maior país da América Latina, apresenta um alto índice de analfabetismo” sustenta-se, por exemplo, numa palestra, a um público

heterogêneo, sobre o índice de analfabetismo no Brasil, quando se percebe que nem todos sabem que se trata do maior país da América Latina e pretende-se que seja um conhecimento compartilhado durante o evento: pode-se inserir um *Aposto*.

O *Aposto* serve justamente para incitar conhecimentos que são julgados necessários como compartilhados para um evento discursivo. Trata-se de uma estratégia que prima pela economia lingüística e que tem sido usada com frequência em textos informativos. O desejo de ver uma opinião pessoal compartilhada poderia manifestar-se em uma frase como

“Brasil, país com uma evidente baixa renda *per capita* e à beira de um colapso econômico, apresenta um alto índice de analfabetismo”.

Nesse último exemplo, o produtor do texto quer compartilhar, com o interlocutor, um juízo de valor que assume. Reconhecemos que, mesmo no primeiro exemplo, o produtor poderia inserir sua opinião apenas com uma dada ênfase (talvez entonacional) no *Aposto*. Tudo dependerá da forma como a informação, inserida, será avaliada e projetada para os interlocutores. Nos exemplos listados de (f) a (i) percebe-se a inserção do ponto de vista do produtor do texto.

Infere-se que o caso semântico *Opinativo*, elemento ditado por fins pressuposicionais, estabelece-se ou na ambiência do dado informacional ou na tessitura do “comentário”, embora no primeiro caso o verbo *ser* fique com o seu sentido mais evidenciado. Percebem-se duas manobras discursivas decorrentes de uma interpretação pressuposicional emergidas ou de um movimento interpretativo do produtor do texto ou de um anseio ou cuidado com o dado informacional.

## 5. A função discursiva do *Predicado Nominal*

As estruturas com *Predicado Nominal* (PN) referenciam uma asserção, nomeadamente do produtor do texto, que reclama suportes argumentativos posteriores ou anteriores, ladeadores, portanto, desse ato. A escolha de um ou outro enunciado gera conseqüências na enunciação. O efeito de sentido causado pela aparição do PN em textos escritos depende dos argumentos ladeadores, já que, para asseverar, é preciso uma certa comprovação. No texto, com teor argumentativo, (1) **Trabalho de camelô é fuga da marginalidade**, conclui pesquisa, de Raquel de Souza, o PN referencia certa posição assumida, que reclama suportes argumentativos posteriores ou anteriores, ladeadores, portanto, desse ato. O parágrafo inicial, abaixo transcrito, contempla esse movimento e serve para ilustrar o que dissemos. Em negrito estão os atos de asseveração, e os suportes argumentativos, sublinhados.

(2) **A venda ambulante não é trabalho.** Essa é a opinião de 38 camelôs de São Paulo. Expulsas ou sequer convidadas para o mercado formal, essas pessoas se viram obrigadas a montar uma barracquinha e vender bugigangas nas ruas da cidade. No entanto, creditam à prática apenas um “jeito de ganhar a vida” sem cometer crimes. “Eles não criam uma identidade de trabalhador como outro profissional qualquer.” (3) **O trabalho de camelô é encarado como ganha-pão** e o jeito de distinguir-se daqueles que cometem atos ilícitos para ter dinheiro, apesar da perseguição policial”, comenta Francisco José Ramires, que pesquisou o tema entre 1999 e 2001. Os resultados estão em seu trabalho de mestrado, apresentado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

No título, (1) **Trabalho de camelô é fuga da marginalidade**, conclui pesquisa, utiliza-se a asseveração *é fuga da marginalidade*, que recebe como suporte uma espécie de voz autorizada, *conclui pesquisa*, inserida para denotar “credibilidade”, e que sustenta de forma recursiva todo o parágrafo.

Outro ato de asseveração, (2) **A venda ambulante não é trabalho**, ressalta/reafirma o inicialmente posto, o que se repete nas outras asserções. Em *Essa é a opinião de 38 camelôs de São Paulo*, retomam-se as asserções na voz de personagens (*os camelôs*) autorizados, o que gera novo suporte polifônico/argumentativo. Na porção grifada que vai de *Expulsas até cidade*, descreve-se uma espécie de causalidade. Em *No entanto, creditam à prática apenas um “jeito de ganhar a vida” sem cometer crimes*, há um movimento de contraposição que se confirma no aspeamento que se segue: “*Eles não criam uma identidade de trabalhador como outro profissional qualquer*”. Após, tem-se um movimento de contraposição, dado mais enfaticamente em *ato não ilícito versus perseguição policial*: dessa forma estabelecem-se os papéis de vítima e algoz. Novo ato de asseveração, (3) **O trabalho de camelô é encarado como ganha pão**, referenda a tônica *fuga da marginalidade*. Na porção textual “*comenta Francisco José Ramires, que pesquisou o tema entre 1999 e 2001. Os resultados estão em seu trabalho de mestrado, apresentado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP*”, estabelece-se suporte que ancora as asserções, tornando-as mais confiáveis, já que as informações foram repassadas por pesquisador da USP.

OPN, como ato de asseveração, depende, portanto, de arranjos argumentativos. Abaixo, um levantamento que permite observar o trajeto dado ao parágrafo inicial:

- a) *é fuga da marginalidade* (asseveração 1);
- b) *conclui pesquisa* (inserção polifônica - credibilidade);
- c) *não é trabalho* (asseveração 2);
- d) *é a opinião de 38 camelôs de São Paulo* (asseveração em segundo plano - inserção polifônica - argumento);

- e) *a vida obrigou* (asseveração em segundo plano - argumento);
- f) *No entanto até qualquer* (asseveração por contraste - em segundo plano - argumento);
- g) *é encarado como ganha-pão* (asseveração 3);
- h) *ato não ilícito versus perseguição policial* (asseveração em segundo plano);
- i) *conclui pesquisa / comenta Francisco José Ramires até USP* - (inserção polifônica - argumento que imprime credibilidade).

A conjugação caso semântico e classe aspectual também se evidencia. Em (1), (2) e (3), na função de sujeito, temos o caso semântico *Expositivo*, derivação do caso semântico *Objetivo* proposto por Fillmore (cf. SELLA, 2000). Nos predicativos do sujeito ocorre o caso semântico *Opinativo*, evidenciado mais propriamente pelo caráter de asseveração e de classe aspectual *Estado* gerados pelo verbo *ser*.

- (1) Trabalho de camelô é fuga da marginalidade
- (2) A venda ambulante **não** é trabalho.
- (3) O trabalho de camelô é encarado como ganha-pão

O valor argumentativo do PN atribui ao verbo de ligação (mais propriamente o *ser*) determinada função discursiva. Há uma afirmação com contornos argumentativos evidenciadores/confirmadores de um posicionamento. Os argumentos ladeadores podem assumir o perfil de inserção polifônica, de contraposição, de novas asserções estabelecidas no mesmo plano ou subsidiárias, com retomadas, descrições de fatos comprobatórios, etc. Tem-se o que Ducrot (1987) anuncia como instruções, senhas, que vão estabelecendo o sentido dos atos ilocutórios e em seus contornos argumentativos.

## 6. Considerações Iniciais

Relatou-se, neste artigo, uma fase da pesquisa sobre a funcionalidade da adjetivação nos textos escritos. A tentativa é a de reverem-se encaminhamentos presentes nas gramáticas tradicionais, que tendem a conceber o fenômeno da adjetivação, no âmbito do sintático, como de segundo plano, numa visão hierárquica de análise dos termos da frase.

O *Aposto* tem função discursiva no sentido de trazer à tona, no enunciado, informações que poderiam ser dadas como pressupostas no trajeto do “subentendido”, mas que, pelo crivo da seleção instaurada pelo produtor do texto, fazem-se presente por questões várias, que podem estar instadas no didático, no pejorativo, no bajulativo, etc.

Quanto ao *Predicado Nominal*, trata-se de um ato de asseveração, que carrega a conjugação caso semântico e classe aspectual de forma evidente. Desbanca-se mais uma vez a noção de simples ligação destinada ao verbo *ser* pela gramática tradicional.

De certa forma, quando se usa o *Aposto*, recorre-se a um conhecimento enciclopédico, a um dado cultural, como tabus, crenças, etc. Faz-se emergir, então, um movimento polifônico de asseveração, porém em segundo plano, digamos. Talvez essa condição do *Aposto* possa gerar estratégias de estabelecimento de ironia, de bajulação ou de sarcasmo. Por outro lado, no *Predicado Nominal*, pelo contrário, o que se tem é o produtor asseverando, ele próprio, o seu ponto de vista. No cotejo, essa é a diferença entre as duas estruturas.

## 7. Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Napoleão Mendes. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1986.
- CUNHA, Celso Cunha & CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.
- DUCROT, Oswald. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1984.
- FILLMORE, Charles. *Em favor do caso*, in *A Semântica na Linguística Moderna*. O Léxico. Tradução de L. Maria Pinheiro Lobato. Rio, Francisco Alves, 1977.
- ILARI, Rodolfo. *A Linguística e o Ensino da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Editora. Cortez, 1984.
- MAINGUENAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1989.
- OTTONI, Paulo Roberto. *Visão Performativa da Linguagem*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- REVISTA VEJA. São Paulo: Abril, 2001.
- ROMAN, Elódia Constantino & SELLA, Aparecida Feola. *O ensino dos verbos na língua materna*. Anais do I Seminário Internacional de Educação. Cianorte, 2001.
- ROMAN, Elódia Constantino. *Revisitando a categoria aspecto na língua portuguesa*. Tese de Doutorado. UNESP, Araraquara, 1998.
- SELLA, Aparecida Feola. *A estrutura da frase segundo pressupostos da Teoria das Valências*. Tese de Doutorado. UNESP, Assis, 2000.

UNILETRAS 26, DEZEMBRO 2004

VENDLER, Z. *Linguistics in philosophy*. Ithaca, New York, Cornell University, Press, 1967.

VILELA, Mário e BUSSE, Winfried. Gramática de valências. Coimbra, Almedina, 1986.